

Ação e revolução: os zigue-zagues estratégicos da VPR em 1968

Fábio A. Gonçalves das Chagas

Doutorando em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense

Resumo

Um estudo sobre a trajetória da organização da esquerda armada, Vanguarda Popular Revolucionária, mostra-nos que a máxima do revolucionário que não pede licença para fazer a revolução desatou um racha curiosamente no seio do grupo que mais ações revolucionárias realizou ao longo de 1968.

Palavras-chave: Luta Armada. Esquerda. Revolução.

Abstract

A study on the trajectory of the organization of armed left wing "Revolutionary Popular Vanguard" shows us that the revolutionary's maxim that doesn't ask for permission to bring the revolution provoked a surprisingly separation inside the group that accomplished the most revolutionary actions along 1968.

Keywords: Organization. Armed left wing. Revolution.

Há duas décadas, a historiografia acadêmica da luta armada no Brasil dos anos 1960-70 vem questionando a cantilena orquestrada por setores direitistas que tipificam tal luta como o movimento de agentes do comunismo internacional visando a bolchevização/cubaniização do Brasil. Por este caminho, os revolucionários brasileiros daqueles anos teriam limitado-se a importar/reproduzir os modelos revolucionários internacionais no país, como se isso pudesse justificar a tortura e o assassinato levado a efeito pelo aparato de repressão do regime.

No campo das esquerdas houve quem rebaixasse o gesto de desprendimento de tantos homens e mulheres daquele tempo sombrio, reduzindo o entendimento sobre aquela experiência a uma aventura juvenil que transpôs os limites da irresponsabilidade.¹

Trabalhos como o de Jacob Goreneder, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti² evidenciam que os modelos internacionais influenciaram, mas não determinaram a irrupção da luta armada brasileira. Em verdade, a perspectiva de tomada do poder pela via armada já se apresentava para alguns setores das esquerdas no pe-

ríodo anterior a 1964, de maneira que as experiências internacionais apenas legitimavam o caminho das armas para a tomada do poder.

Neste artigo, a partir de um estudo de caso, evidenciaremos como a esquerda armada dos anos 1960/70 não ecoou acriticamente as referências internacionais. Para tanto, analisaremos a organização guerrilheira VPR em seus zigue-zagues na busca de uma definição estratégica de luta sob o influxo da teoria do foco no decurso de 1968.

De fins dos anos 1940 até fins dos anos 60, o mundo vivera sob o signo da revolução, em que guerras de libertação, manifestações libertárias e contestações à ordem e às instituições vigentes espalharam-se pelo planeta. No ar das cidades e dos campos, a fragrância de pólvora arrebatava corações e mentes. E não se esfumou assim tão rápido. Apenas o ano de 1968 comportou a ofensiva vietnamita do *Tet*, a luta dos Panteras Negras nos EUA, o maio francês, guerrilhas na América Latina, Ásia e África, e centenas de mobilizações estudantis e operárias pelo mundo.

¹ Esta interpretação encontra-se em GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982 e RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993.

² São eles: GORENEDER, Jacob. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

A revolução chinesa, a guerra de libertação da Argélia, a resistência vietnamita e a revolução cubana estimularam a formação de movimentos postulantes da luta armada como via de acesso à tomada do poder. O êxito militar destes movimentos serviu a setores das esquerdas brasileiras para justificar a violência revolucionária como o caminho para superar o capitalismo no país. Entre todos os movimentos revolucionários do período, a revolução cubana foi a que exerceu a maior influência sobre os revolucionários latino-americanos.

A influência do modelo cubano desatou novas formas de organização revolucionária. A partir daí, a ação das vanguardas dinamizaria a luta revolucionária em face do seu caráter empírico, priorizando a aplicação da violência revolucionária em oposição à excessiva teorização das organizações tradicionais. O campo como palco principal da luta e a guerrilha rural, em contraposição ao modelo insurrecional leninista, impactaram sobre as esquerdas latino-americanas. Como decorrência de uma certa leitura da experiência revolucionária, cubana nascia a teoria do foco, ou o “foquismo”, cujos pressupostos teórico-práticos foram sintetizados pelo intelectual francês Régis Debray na obra *Revolução na revolução?*, chegada ao Brasil por volta de 1967.

A essência da teoria pressupunha que na América Latina as condições objetivas para a revolução estavam dadas, restando amadurecer as condições subjetivas. A vontade revolucionária por parte das forças ativas de uma sociedade seria criada e orientada pela ação exemplificadora de um foco guerrilheiro, o pequeno motor que acionaria o grande: as massas.

A estratégia foquista consistia no deslocamento de um pequeno grupo de guerrilheiros para uma região inhóspita às tropas regulares, onde se iniciaria um processo de ambientação e treinamento. Em seguida, o pequeno destacamento realizaria ações militares junto aos camponeses com dois objetivos: mostrar o caráter justo de sua luta e recrutar guerrilheiros entre as populações locais. Noutro momento, formar-se-iam colunas guerrilheiras que, devido ao excesso de homens concentrados numa mesma região, estenderiam a luta guerrilheira a outras regiões³ até que o número de combatentes con-

fluisse para a formação do exército rebelde a fim de enfrentar o inimigo sob a estratégia da guerra regular (exército contra exército).

Debray analisou a ação revolucionária em Cuba sob um aspecto estritamente militar, priorizando seus aspectos técnicos. Daí afirmar que uma direção política não poderia se eximir das questões técnicas da guerra e tampouco se poderia conceber um quadro revolucionário que não fosse simultaneamente político e militar.⁴ Destaque ainda maior reside na primazia do fator militar sobre o fator político, na primazia do foco sobre o partido. Debray afastou-se da tese maoísta segundo a qual “a política dirige o fuzil”, postulando a formação de novos quadros e direções revolucionários, cuja incumbência seria abrir focos militares e não focos políticos. Observe-se a total inversão da *formule* clausewitziana segundo a qual:

*A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra é só o instrumento, e não o inverso. Subordinar o ponto de vista militar ao ponto de vista político é, portanto, a única coisa que se pode fazer.*⁵

Tem-se hoje que a revolução cubana não correspondeu aos pressupostos formulados por Debray. Gorender qualifica os escritos debrayistas como propagadores de um mito criacionista da revolução em que um punhado de sobreviventes da embarcação *Gramna* teriam iniciado a revolução a partir do nada. Tal mito se prestava, a Fidel Castro e seu grupo, para a manutenção do monopólio da coerção/legitimação ideológica frente aos concorrentes das esquerdas cubanas e também às massas. Assevera Gorender que:

A luta guerrilheira ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou ganhando a direção. Esta campanha nacional contra a ditadura de batista, de que participavam o Movimento 26 de Julho chefiado pelo próprio Fidel

³ Guevara faz uma analogia com o comportamento das abelhas: uma vez que o número de indivíduos excede a capacidade da colméia, uma nova rainha e seus séqüitos voam até um novo lugar onde constroem uma outra colméia e assim sucessivamente multiplicando o número de colméias.

⁴ DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Mimeo.

⁵ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1979, p. 739.

*Castro e por Frank País, o Diretório Revolucionário, o Partido Comunista, sindicatos operários e mesmo correntes políticas burguesas, é que reduziu consideravelmente a eficiência do exército de Batista e forneceu aos guerrilheiros elementos materiais e morais para as suas façanhas [...]. Por conseguinte, nem mesmo o caso de Cuba se ajusta à teoria do foco.*⁶

No Brasil, 1968 foi o ano da deflagração das ações armadas no eixo-geográfico Rio-São Paulo, levadas a efeito por núcleos de militantes que posteriormente formariam organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a VPR, iniciando a segunda vaga revolucionária dos anos 60.⁷ No primeiro semestre de 1968, as mobilizações estudantis logo ganharam a adesão de amplos setores que se opunham à ditadura militar. O movimento operário também deu sinais de luta contra a ditadura quando da realização das greves em Contagem (MG) e Osasco (SP). Cumpre notar que estes movimentos não eram favoráveis à luta armada, salvo parte de suas vanguardas.

A formação da VPR, nome que só adquiriria em dezembro de 68, deita raízes no processo de articulações políticas entre o “racha” paulista da Política Operária (POLOP), quando de seu VI Congresso, em 1967, e remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), agregando ao longo de 1968 outros grupos dissidentes e setores sociais diversos.

Após um encontro em São Paulo entre o ex-sargento Onofre Pinto e o professor Bayard Boiteux, que regressava do Uruguai, foi retirada a recusa de Brizola pela continuidade das tentativas armadas, a partir da qual os remanescentes do MNR passaram a articular com outros grupos interessados em desencadear a luta no país. Entre 1964 e 1967, parte destes ex-militares vinha realizando treinamento militar com vistas à luta guerrilheira. A estes logo somaram-se alguns marinheiros que retornavam do treinamento guerrilheiro em Cuba.⁸ Sob a liderança

de Onofre Pinto em São Paulo, os nacionalistas revolucionários encontravam-se numa dramática situação de clandestinidade.

O processo de fusão dos grupos em 1968 não se pautou em discussões programáticas, mas exclusivamente na conveniência da deflagração da luta armada, conforme declarou Renata Guerra de Andrade, ex-militante universitária e integrante da Logística da organização.

*Nós começamos a trabalhar juntos, a organizar juntos, mas tudo bem em termos de ação, até porque aquilo que a gente vinha combatendo nas organizações anteriores era o imobilismo [...] A gente queria exorcizar esse negócio de documentos, de militância só política, só teórica.*⁹

A ação, portanto, constituía o amálgama para a formação da VPR na medida em que os dissidentes da POLOP, decididos pelo enfrentamento armado e cansados do imenso teoricismo daquela organização, passaram a contar com quadros mais aptos à execução de tarefas militares. Iniciar as ações armadas para os ex-militares era vital em vista da inquietude que os acometia face ao longo tempo de clandestinidade e imobilidade.

O retorno ao Brasil de marinheiros que haviam cursado prática guerrilheira em Cuba fortaleceu a influência do modelo cubano sobre a formação militar. Ressalte-se que a ênfase nos aspectos técnico-militares da teoria do foco consubstanciava a opção pela guerrilha ainda em 1968. De acordo o ex-sargento Darcy Rodrigues, “[...] a partir do momento que nós tivemos um modelo de luta armada e, por ter a formação técnica, nós abraçamos isso sem visão crítica”.¹⁰

Os dissidentes da POLOP, em relação ao foquismo, mantiveram ressalvas, conquanto aquela teoria, segundo Gorender, indicava o “[...] atalho que permitia contornar a necessidade do trabalho com as massas e entrar em ação”.¹¹ Para Debray, a luta nas cidades (túmulo dos re-

⁶ GORENDER, op. cit., p. 90.

⁷ A nosso ver, a luta armada no Brasil dos anos 1960-70 pode ser dividida em duas vagas revolucionárias encetadas e dirigidas por culturas políticas distintas: a primeira vaga, entre 1961 e 1967, é dirigida por uma cultura política nacionalista revolucionária, comportando atores políticos e *locus* de ação diversos e ainda em momentos não simultâneos. Trata-se do empreendimento guerrilheiro das Ligas Camponesas entre 1961 e 1964 e às primeiras tentativas de luta armada lideradas por Brizola, contra a ditadura instaurada a partir de março de 1964. A segunda vaga revolucionária foi deflagrada e dirigida por uma cultura política comunista a partir de 1968.

⁸ Entrevista concedida por Pedro Lobo de Oliveira a Fábio Chagas no dia 14 de janeiro de 1999, na cidade de São José dos Campos/SP.

⁹ Entrevista concedida por Renata Guerra de Andrade a Fábio Chagas no dia 1º de maio de 2000, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

¹⁰ Entrevista concedida por Darcy Rodrigues a Fábio Chagas no dia 10 de junho de 2000, na cidade de Bauru/SP.

¹¹ GORENDER, op. cit., p. 138.

volucionários) teria uma papel meramente tático, enquanto que para os militantes da futura VPR, que detinham uma formação marxista mais tradicional, este aspecto era inaceitável.

Segundo Wilson Egídio Fava, dissidente da POLOP, procurava-se montar uma estrutura similar a de um partido de perfil leninista e desenvolver uma política de massas nas cidades, uma vez que o trabalho político constava na formação militante dos ex-polopistas. Relatou-nos Fava que:

Nós abraçamos o debraysmo como um momento de decisão de partir para a luta armada, mas na prática a gente não queria aplicar o que ele propugnava, nós procurávamos uma mediação: ter o trabalho de massa, de base e ficar na cidade. Nunca ninguém sentou naquele período para chegar e fazer uma contestação do debraysmo, porque ele foi muito importante para dar uma virada, mas nós contestávamos a forma como o Debray colocava de ter organização na cidade e de fazer o trabalho de massa.¹²

No primeiro semestre de 1968 a “Organização” estruturou-se organicamente em três Setores. A Logística, composta basicamente por ex-militares, que não obstante a presença de civis como Renata Guerra e Dulce Maia, tinha como objetivo levantar fundos e armas para a organização. Na prática, porém, este Setor alcançou autonomia em relação ao comando político da organização. Já o Setor Urbano, também chamado de Setor de Massas tinha como responsabilidade reunir os militantes ligados aos movimentos estudantil e operário. Por fim, o Setor de Campo, que incumbia-se de levantar áreas propícias para a deflagração da guerrilha rural, locais para o treinamento guerrilheiro e contatos com camponeses das regiões para montar redes de apoio e recrutá-los para a organização.

Cada um dos Setores possuía um comandante que, em conjunto, formava a Coordenação Geral. Por volta de agosto de 68, a Coordenação era formada por Onofre Pinto (Logística), Ladislau Dowbor (Setor de Campo) e João Quartim de Moraes (Setor Urbano).

Conforme a VPR executava ações, ia se notabilizando como uma organização de grande capacidade operacional, preocupando-se por outro lado, com a montagem de estruturas necessárias à manutenção da luta revolucionária. Assim, estruturas de imprensa, esquema médico e até uma oficina para fabricação e montagem de bombas e armamentos chegou a se constituir. Em geral, as estruturas que as organizações armadas montavam tinham vida efêmera. Quanto às “quedas”¹³ ou morte de alguns militantes, o aparelho de segurança do regime tratava de liquidar as estruturas montadas.

Estruturada em Setores e dirigida por uma Coordenação Geral, a decisão sobre as ações armadas deveria ser tomada pela Coordenação. Embora os ex-militares tenham assimilado mais acriticamente os pressupostos foquistas, a memória do ex-sargento José Araújo Nóbrega revela que algumas ações não tinham exclusivamente um sentido militar-operacional. Quando entravam nos quartéis, comenta Nóbrega, além de capturar armas, procurava-se:

Criar uma situação de instabilidade dentro das Forças Armadas porque havia gente que nos apoiava dentro do Exército e da PM, generais que apoiavam a organização, coronéis que passavam informação e muitos sub-oficiais, muita gente boa que apostava na gente mas não queria participar.¹⁴

O apoio recebido, segundo Nóbrega, rapidamente cessara, pois a “queda do caminhão” em Itapeverica da Serra/SP, em janeiro de 1969, ocasionando várias prisões, gerou um forte descrédito por parte dos militares que permaneciam na caserna e apoiavam a organização. Por outro lado, militantes da Dissidência do PCB de São Paulo e operários de Santo André e São Bernardo do Campo aderiam à VPR, dando-lhe contornos timidamente populares.

Os ex-polopistas muito rapidamente buscaram constituir uma organização de perfil nacional. Em princípios de 1968, militantes da organização estreitaram contatos com grupos congêneres, sendo o primeiro os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), no RJ e MG. Os con-

¹² Entrevista concedida por Wilson Egídio Fava a Fábio Chagas no dia de 16 de junho de 2000, na cidade de São Bernardo do Campo/SP.

¹³ O termo “quedas” refere-se a prisões, mas também à descoberta de “aparelhos” pelos órgãos de segurança do governo. Assim, quando aqueles órgãos descobriram um “aparelho”, dir-se-ia que aquele tinha “caído”

¹⁴ Entrevista concedida por José Araújo Nóbrega a Fábio Chagas no dia 17 de janeiro de 1999, na cidade de Jacupiranga/SP.

tatos fluíram num ritmo acelerado pelo fato de os militantes dos COLINA terem se constituído também a partir de rachas da POLOP. Entre os interlocutores de São Paulo, encontrava-se João Quartim de Moraes, o qual sobre as relações com os COLINA, relatou:

A dissidência da POLOP em Minas e no Rio de Janeiro tinha um critério leninista de ação, inclusive a forma da ação, a questão da organização, a questão do órgão central, e então tinha uma prática que tinham desenvolvido desde o racha da POLOP [...]. Tomaram medidas orgânicas inclusive criando a revista América Latina.¹⁵

Os encontros entre as direções das organizações ocorriam em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Os dirigentes de Minas Gerais eram Carlos Alberto Soares de Freitas e Ângelo Pezzuti, enquanto que pelo Rio de Janeiro os responsáveis eram Maria do Carmo e Juarez Guimarães Brito, um casal de mineiros deslocado para aquela região

Em julho de 1968 ocorre uma reunião no Rio cujo objetivo seria fixar uma maior aproximação e posterior fusão entre as organizações. Após três dias de reunião, o grupo de São Paulo ficou responsável pela edição número 5 da revista América Latina, uma revista de teoria e debate cuja edição seria de responsabilidade dos paulistas, que acabou não saindo.

A perspectiva, segundo João Quartim de Moraes, era fazer daqueles encontros um primeiro passo no sentido de criar uma organização nacional marxista de luta armada, dentro do esquema leninista preconizado em *Que fazer?*¹⁶

Se, por um lado, as relações entre os COLINA e a Organização se aprofundavam, a direção em São Paulo deu início a uma série de contatos com outros grupos proponentes da luta armada, como no caso do Rio Grande do Sul. Wilson Fava deslocou-se para aquele estado com o objetivo de contatar um amigo antigo de

Lamarca e acabou conhecendo um grupo de secundaristas liderado pelo militante “ICO”. Alguns universitários e bancários também estreitaram relações com a organização que vinha realizando ações de impacto em São Paulo. As articulações com os gaúchos prosseguiram ao longo de 1968 e 1969. Enquanto isso, a organização intensificava as ações armadas e conquistava militantes para o seu interior.

Dentro do trabalho político da Organização em 1968, destaca-se a arregimentação de operários do ABC paulista, embora este trabalho tenha resistido só até os primeiros meses de 1969 em face das “quedas” da VPR. Em Osasco, região limítrofe de São Paulo, a atuação da Organização mostrou-se mais exitosa. Por meio de contatos mantidos há alguns anos com os operários de Osasco, os ex-polopistas “Jacques Dias”¹⁷ e Pio Chaves, também fundadores da “Organização”, abriram o caminho para a inserção da futura VPR no seio daquele movimento.

Antônio R. Espinosa, ex-metalúrgico e ex-estudante de Filosofia da USP, contou-nos que os operários de Osasco simpatizaram com a organização pela sua ousadia e porque seu grupo desejava partir para uma luta mais contundente, no caso a luta armada. Outro fator importante que permitiu o entrosamento entre a organização e os militantes de Osasco foi a inexistência de uma política clara para o movimento operário e de massas em geral. Segundo Espinosa

Eles não tinham uma proposta clara para nos fazer. Eles nos ajudaram a fazer aquilo que a gente já fazia. A gente controlava o sindicato, as entidades estudantis da cidade e a greve vinha num processo de preparação acelerado.¹⁸

Jacques Dias¹⁹ e Celso Frederico, de maneiras distintas, convergem na análise de que a luta armada foi concebida, decidida, preparada e deflagrada sem que ocorressem as mobilizações de massa em 1968, pois este

¹⁵ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes a Fábio Chagas no dia 19 de setembro de 1999, na cidade de São Paulo/SP.

¹⁶ Lênin preconizava, no texto, a formação de um partido de abrangência nacional, cuja militância seria composta por revolucionários profissionais, além de manter um órgão central (jornal ou revista), que funcionaria como “organizadores coletivos” da massa.

¹⁷ Em verdade, “Jacques Dias” chama-se Alípio. Este importante dirigente da organização deixou o Brasil devido ao acidente com sua mulher num “aparelho” da VPR que a levou à morte. O jornalista Luiz Maklouf, em seu livro *Mulheres que foram à luta armada*, procura insistentemente revelar o episódio, sem, no entanto, descobrir o nome da companheira de “Dias” devido a um pacto de silêncio entre os militantes que conhecem o fato. Com a saída de Alípio do Brasil, João Quartim de Moraes é elevado ao posto de coordenador do “Setor Urbano”.

¹⁸ Entrevista concedida por Antônio Roberto Espinosa a Fábio Chagas no dia no dia 17 de abril de 2000, na cidade de Osasco/SP.

¹⁹ DIAS, J. *El movimiento de Osasco*. Sus luchas, sus actores, s.n.t. jul./dez., 1972, p. 7.

fato não constava nos prognósticos iniciais da esquerda armada.²⁰ Ao contrário, imaginava-se que a luta de massas estaria fadada ao impasse e à inação.

Elevados à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, o “grupo do Ibrahim” — como ficou conhecida a parcela de operários que se ligaria à organização — deflagra uma greve nos primeiros dias de julho, sob forte inspiração da política adotada pelos grevistas de Contagem, Minas Gerais, em março do mesmo ano. Neste contexto, os militantes da organização vinculados ao trabalho de Osasco procuraram definir o tipo de ações armadas que poderiam executar para dar cobertura à greve no caso de eventuais enfrentamentos. Portanto, a ajuda da VPR fundamentalmente seria a de oferecer um anteparo militar aos grevistas.

O ingresso dos ativistas dos movimentos operário e estudantil de Osasco foi gradativo até a irrupção da greve em julho de 1968. Porém, com a ofensiva da repressão encetada na cidade, inúmeros militantes rapidamente entraram para a organização e passaram à clandestinidade.

Alguns quadros do “Setor Urbano”, face a experiência do trabalho político em Osasco, amadureceram uma concepção de trabalho político cujo objetivo era criar uma estrutura de participação para as massas na guerra revolucionária. Concebia-se que a ação revolucionária nas cidades deveria ter um alcance estratégico, não se limitando ao apoio tático e logístico. Esta posição contrariava as premissas foquistas, as quais apontavam para o teatro rural como o único vetor estratégico da guerra revolucionária, resignando um tipo de ação nos centros urbanos limitado a levantar infra-estrutura para a manutenção da organização, à distração e dispersão das forças inimigas e ao recrutamento de quadros para a guerrilha rural.

Com princípios estratégicos e táticos que rechaçavam o foquismo, evitando o isolamento da guerrilha no campo, propôs-se a definição de formas de luta para as cidades pautadas na construção, passo a passo, de instrumentos políticos e militares que não tivessem como único objetivo lograr o crescimento da organização, mas principalmente, desenvolver uma estrutura que facilitasse a participação daquelas massas, a longo prazo, na guerra revolucionária.

A perspectiva de trabalho nas cidades era a de que

deveriam ser criados núcleos de trabalhadores em bairros operários e dentro das empresas. O caráter destes núcleos deveria ser o de uma frente política e não o de uma estrutura parapartidária, pois neste caso não chegariam a se tornar organismos de massa. Os núcleos deveriam ser clandestinos e estruturados de forma centralizada com vistas ao posicionamento político comum a outros núcleos.

A ação política dos operários organizados visava um trabalho de agitação e propaganda, auxiliado por uma imprensa revolucionária com certa regularidade. Outro aspecto da ação dos núcleos era que deveriam alcançar o nível das lutas legais e ilegais e, enquanto não fossem auto-suficientes, a organização se responsabilizaria pela estrutura material dos núcleos.

Pelo exposto, temos que a experiência de Osasco desempenhou um papel significativo na relação, nem sempre pacífica, que contrapunha os elementos “políticos” e “militares” na orientação das deliberações e, cuja dialética, acompanharia a trajetória da organização. Esta experiência consubstanciou a perspectiva de realizar trabalhos com as massas nas cidades conforme indicava a formação dos ex-polopistas, e ainda fortaleceu a visão crítica sobre a estratégia de se realizar ações armadas a despeito das considerações políticas.

De volta aos problemas concernentes às relações entre os Setores da “Organização”, cumpre notar que a agudização dos conflitos internos é reveladora dos influxos do foquismo na futura VPR. No interior desta, não havia uma dinâmica interna fundada em debates sobre as definições da luta revolucionária. Com efeito, cada “Setor” criava sua própria linha de ação face à heterogeneidade política que caracterizava a organização. Naquele momento, discutia-se quase que exclusivamente os aspectos imediatos e práticos das tarefas da revolução. Os debates eram essencialmente sobre as ações que seriam realizadas e o seu planejamento. O debate político só apareceria quando da realização do primeiro congresso em dezembro de 1968.

O agravamento desta situação é bastante perceptível ao longo do segundo semestre de 1968, quando inúmeras ações armadas foram realizadas à revelia da direção política da organização. Daí o início de um conflito que chamaremos aqui de conflito “político *versus* militar”.

A heterogeneidade política, sobretudo no âmbito da

²⁰ FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário*, 1964-1984. v. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

origem e da formação dos quadros pertencentes à organização, em pouco tempo desatou conflitos entre os setores constituídos daquela que, em dezembro, viria a se tornar a Vanguarda Popular Revolucionária. Entretanto, depoimentos de ex-militantes ligados à distintos setores da organização, revelaram-nos que as contendas não ocorreram unicamente por questões político-ideológicas.

Por certo, o “anti-teoricismo” e a ação como princípios de luta imprimiram sua marca no bojo dos conflitos entre o Setor Logístico e uma parcela do Setor Urbano da organização. Os militantes da Logística, pela sua origem militar, estavam naturalmente mais preparados para a consecução das ações armadas, não obstante alguns civis conseguirem se destacar naquelas ações. Para os ex-militares, os estudantes e os intelectuais figuravam no grupo dos “revolucionários de pena”, ao passo que aqueles definiam-se como os “revolucionários de gatilho”. Num contexto marcado pela recusa às discussões teóricas, os quadros de ações armadas supostamente desempenhariam um papel primordial na organização.

Naquela época, já se definiam vagamente os campos divergentes em torno das posições que deveriam ser adotadas. Um dos blocos tinha à sua cabeça João Quartim e os militantes Antônio Roberto Espinosa e Wilson Fava, todos oriundos do Setor Urbano. O outro campo fora liderado pelo ex-sargento Onofre Pinto, acompanhado por José Raimundo da Costa e Cláudio de Souza Ribeiro, contando ainda com o importante apoio de Ladislau Dowbor, o “Jamil”, que mais tarde acabaria tornando-se o principal quadro teórico da VPR.

No 1º semestre de 1968, durante um contato de Renata Guerra com o grupo de militares de Quitaúna, em Osasco/SP, esses comentaram sobre a possibilidade de uma ação espetacular a partir da deserção da base da organização daquele quartel. Segundo nos informou Renata Guerra, eles afirmaram que a ação partiria de uma coincidência na qual o capitão Lamarca seria o oficial do dia e Darcy Rodrigues, o cabo Mariane e o soldado Zanirato participariam da ação porque também estariam trabalhando no quartel naquela data. O grupo de Quitaúna advertia que a ação somente poderia ocorrer numa data específica, portanto, não poderiam perder tempo.

Vários militantes, sobretudo Onofre Pinto, ficaram muito entusiasmados com aquela possibilidade, decidindo levar à frente a idéia de realizar a ação espetacular. Amadureceram a idéia propondo que, junto à deserção do grupo de Quitaúna, fosse empreendida uma ofensiva

na cidade de São Paulo sabotando redes de eletricidade, bombardeando o Quartel General do II Exército, a Academia de Polícia Militar, localizada na Cidade Universitária da USP, e invadindo o aeroporto de pequeno porte, do Campo de Marte, com cinco militantes da VPR a fim de impedir que as aeronaves fossem usadas pelos militares.

A proposta de deserção de Lamarca articulada à ação que seria a mais espetacular de todo movimento de luta armada daqueles anos foi o estopim para o conflito aberto dentro da Organização. Parte do Setor Urbano questionou a oportunidade de fazer a ação no quartel de Quitaúna, posto que naquelas circunstâncias, seria inapropriado realizar uma ação espetacular com o único objetivo de “dar o exemplo”, conforme preconizava Debray. Para os “políticos”, aquele feito provocaria uma grande repercussão sem que a organização tivesse uma estrutura adequada para suportá-la.

Algumas ações armadas, realizadas à revelia da direção da organização nos últimos meses de 1968, ajudaram a elevar a temperatura do conflito já tratado abertamente. Para efeito de ilustração, destacamos uma ação em meados de setembro de 1968 que visava “expropriar” a arma de uma sentinela no quartel da Polícia Militar — localizado no bairro paulistano do Barro Branco. A ação, mesmo após se mostrar inadequada operacionalmente, foi realizada, provocando a morte da sentinela sem que sequer a metralhadora fosse capturada pelos militantes.

Além da crítica à prática de ações levadas à efeito sem qualquer consulta à direção política da organização, advertia-se que nem mesmo Onofre Pinto conseguia mais controlar seus militantes afoitos, chamados por alguns de a “tropa de choque do Setor Logístico”.

A intensidade política do ano de 1968 e o acirramento dos conflitos internos marcaram para a organização a necessidade de definir com mais clareza o encaminhamento da luta armada no Brasil. Notamos anteriormente que o processo de fusão entre os grupos efetivou-se fundamentalmente sobre a necessidade de se partir para a ação imediata postergando o debate político-ideológico. Passados alguns meses desde que foram iniciadas as ações armadas, a Organização já havia se envolvido nas manifestações estudantis e alcançado com êxito o recrutamento de operários de Osasco. Definindo-se como um grupo de vanguarda que apontava o meio rural como palco principal da luta revolucionária, tornava-se necessário definir um programa mais consistente por meio de uma reunião de caráter congressual.

Argumentava-se, de um lado, que a organização não poderia limitar-se às expropriações de armas e dinheiro, mas que devia definir uma estratégia para alcançar o objetivo que era a deflagração da guerrilha rural. Renata Guerra de Andrade relatou-nos que:

Nós precisávamos definir rumos porque vimos o quanto tínhamos nos enrolado naquelas ações. Estávamos fazendo ação por ação e isso nunca ia acabar na coluna móvel estratégica que a gente preconizava. O que determinou a necessidade do congresso foi essa indefinição de idéias.²¹

Por volta do dia 10 ou 11 de dezembro, cerca de 20 militantes deslocaram-se para a praia do Perequê Mirim, situada no litoral norte de São Paulo, a fim de realizar o primeiro Congresso da “Organização”. Para este Congresso, segundo relatos, não foram produzidos documentos de discussão. Algumas definições, como o caráter da revolução, assim como a adoção do nome “Vanguarda Popular Revolucionária”, sugerido por João Quartim de Moraes, foram homologadas sem maiores problemas.

As divergências acenderam-se quando da discussão sobre as formas de luta para o devir da revolução. João Quartim de Moraes advertira sobre o equívoco que cometiam alguns militantes ao se preocuparem demasiadamente com o impacto que as ações causavam na grande imprensa. Para ele, a militância deveria se preocupar àquela altura em consolidar a organização e criar vínculos nas bases sociais em vez de aprofundar as ações armadas.

Os “políticos” sustentavam que seria mais vantajoso para a organização se Lamarca permanecesse nas Forças Armadas, dando continuidade ao trabalho de cooptação e politização dos militares. Ademais, argumentava-se que diante da ofensiva do aparato de segurança do governo que recairia sobre a organização, não haveria estrutura suficiente para abrigar Lamarca e os demais militares que desertariam com ele em janeiro de 1969.

À medida que se desenvolvia o congresso, a situação ia ficando mais tensa, sobretudo no momento em que João Quartim, apoiado por Wilson Fava, Renata Guerra e Maryse, lança a defesa de um recuo estratégico da organização, o qual consistiria num retraimento operativo

da VPR, um recolhimento e proteção dos quadros e a limitação das operações táticas na zona urbana a um mínimo indispensável de captura de armas e expropriações a bancos.

Onofre Pinto, diante das sucessivas vitórias conquistadas pelos defensores da proposta do recuo estratégico, lançou-se à ofensiva declarando que não acataria decisões como aquelas, pois se a organização assumisse tais proposições, irremediavelmente se extinguiria. Para Onofre e os demais companheiros que comungavam com a sua posição, aquelas proposições significavam a retomada da tradição reformista dos Partidos Comunistas.

O ex-sargento do exército, Darcy Rodrigues, apoiando a decisão de Onofre Pinto, rememora que “a verdade” é que os recuistas estavam naquele momento vacilando:

Que me perdoem o Quartim e o Wilson, mas eu acho que o primeiro questionamento foi vacilação, o primeiro questionamento não foi político, foi vacilação. No segundo momento não, no segundo começa a haver [...] no congresso da VAR-Palmares já tem uma posição política estruturada.²²

Na visão dos “políticos”, o sucesso daquele momento teria sido permanecer para montar uma organização, com forte estrutura clandestina, capaz de golpear contundentemente o inimigo. Uma organização clandestina solidamente estruturada com braço militar muito forte, entendendo que a operação estratégica militar seria no campo. O recuo pautava-se na idéia de que a dinâmica da luta de massas deveria determinar o ritmo e a direção política que seguiria a organização, pois o movimento de massas, nesse momento, encontrava-se em franco refluxo, e a organização deveria sobreviver face à escalada repressiva do aparato de inteligência e segurança do regime.

No retorno do congresso, no dia 13 de dezembro de 1968, durante uma parada para consertar o pneu furado do veículo que os transportava e aproveitar para um descanso dos militantes, escutaram pelo rádio a leitura do texto que impunha à sociedade brasileira o fechamento completo do regime: o Ato Institucional 5 (AI-5). Como em relação à análise de outros fatos, sobre esse tampouco houve consenso: para alguns, reforçava-se a necessidade de intensificar o ritmo das ações armadas,

²¹ Entrevista concedida por Renata Guerra a Fábio André Chagas no dia 1º de maio de 2000, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

²² Entrevista concedida por Darcy Rodrigues a Fábio Chagas no dia 10 de junho de 2000, na cidade de Bauru/SP.

enquanto que para outros, confirmava-se a análise de que o período subsequente seria de uma perseguição implacável às organizações armadas e, que, portanto, seria necessário recuar para preservar os quadros.

O Congresso fora encerrado sem que as formulações estratégicas se efetivassem. Em janeiro de 1969, Onofre Pinto, em face das sucessivas votações em que sua vontade fora espessamente contrariada, encetou um “golpe” na organização e rechaçou as proposições do grupo ligado à João Quartim de Moraes. Ainda neste mês, a VPR ainda viveria os derradeiros momentos da luta travada entre os futuros “desligados” da organização e o Setor Logístico. Os políticos lançaram-se desesperadamente numa campanha para impedir a ação do 4º RI, como relatou Renata Guerra:

Eu entrei em desespero quando vi que eles iriam fazer a ação do quartel, então resolvi jogar todas as fichas, fui falar com as pessoas e explicar que aquela não seria a única ocasião coisa nenhuma, poderia ser feito em outro momento, desde que o Lamarca continuasse no Exército, o Darcy e os outros continuassem lá.²³

O grupo “militar”, por sua vez, acertava os últimos preparativos para efetivar a operação espetacular. Poucos dias antes da data programada para a ação, Onofre Pinto, revestido de amplos poderes, designa um militante para comunicar aos quatro “indisciplinados” (João Quartim de Moraes, Renata Guerra de Andrade, Wilson Fava e Maryse) as respectivas expulsões do grupo guerrilheiro. O motivo para o afastamento fora atribuído ao comportamento indisciplinar por manter contatos com outros setores diferentes dos seus, atitude que feria as normas de segurança da organização. Os “desligados” seriam amparados materialmente pela organização até que conseguissem sua própria manutenção. A ação, conforme havia sido planejada, não logrou êxito, sucedendo a partir daí um fluxo interminável de prisões. A VPR, em princípios de 1969, encontrava-se organicamente em colapso.

Trinta e dois anos depois do Congresso de dezembro de 1968, Ladislau Dowbor, na época alinhado às decisões de Onofre Pinto e principal teórico da VPR a partir de 1969, revelou-nos em entrevista em São Paulo que apoiou Onofre muito mais por não considerar viáveis algumas

proposições dos “políticos”, mas que, olhando para trás, declara:

Nós não soubemos avaliar o que representava em termos de terremoto político no Brasil a saída do caminho de armas de um quartel junto com um capitão exemplar. Eu acho que eles tinham toda a razão, eu não tinha experiência política nem o Onofre.²⁴

Nossas observações encaminham-se no sentido de afirmar que a teoria do foco incidiu sobre a militância da VPR de maneira diversa em virtude da heterogeneidade política, profissional e das experiências vividas pela organização no decurso de 1968.

Os ex-militares vinham de uma trajetória de lutas nacionalistas do pré-1964, sendo posteriormente acosados pelos expurgos das Forças Armadas. Muitos deles haviam treinado guerrilha no Brasil entre 1964 e 1967, enquanto outros, no pré-1968, retornavam do treinamento guerrilheiro em Cuba vindo a reforçar a idéia que o processo revolucionário orientaria-se a partir da experiência cubana. Some-se a isso a situação precária de clandestinidade em que se encontravam os ex-militares e por fim a fragilidade intelectual desses, sobretudo perante os ex-polopistas. Por tudo isso, temos que assimilação do foquismo por parte destes foi mais acrítica, de modo que aqueles pressupostos foram assimilados muito mais para legitimar um fato consumado: a deflagração da luta armada. Ressalte-se que não necessariamente estes militantes eram entusiastas do foquismo. O fato é que o impulso e a necessidade pela ação armada propiciaram a simpatia por aqueles pressupostos tático-estratégicos. Vale lembrar que se vivia o tempo em que o revolucionário não pedia licença para fazer a revolução. Ademais, a execução de ações a despeito do comando político da organização os aproximava do foquismo na medida em que primavam pela prevalência dos fatores militares sobre os fatores políticos.

Os “políticos”, detentores de alguma base de conhecimento sobre a teoria marxista, pensavam a luta em termos da organização de um partido de tipo leninista sacramentado em *Que fazer?* Apostavam de alguma forma na perspectiva de trabalho de massa e, na prática, vinham realizando as reuniões com outros grupos no

²³ Entrevista concedida por Renata Guerra de Andrade a Fábio Chagas no dia 1º de maio de 2000, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

²⁴ Entrevista concedida por Ladislau Dowbor a Fábio Chagas no dia 29 de junho de 2000, na cidade de São Paulo/SP.

sentido mesmo de organizar a luta em moldes distintos daqueles preconizados por Debray.

Por fim, a experiência de Osasco e o ingresso de vários ativistas participantes daquela experiência contribuíram para que ainda uma vez se refutasse o foquismo, sobretudo no que concerne ao papel estratégico das cidades. Se para Debray, as cidades eram “túmulos dos revolucionários”, para uma parcela da militância da futura VPR, o papel a ser jogado naqueles diferenciava-se bastante do que pensava o intelectual francês.

Do foquismo, essencialmente assimilou-se o pressuposto de que o *locus* fundamental da luta deveria ser o campo e, nisto, a VPR não logrou êxito, pois em nenhum momento da sua história conseguiu fixar-se no campo para iniciar a guerrilha. Já a primazia do fator militar sobre o político, aspecto duramente refutado pelos “políticos” da VPR deu mostras ao longo do segundo semestre de 1968 do que se firmava no horizonte estratégico. As diversas ações armadas realizadas a despeito das considerações do comando político da Organização ilustram de maneira irrefutável nossa assertiva.

No conflito entre Setores, o Urbano foi derrotado pela Logística. Nesta perspectiva, o foquismo venceu a luta interna na VPR na medida em que o Setor Urbano foi limitado ao recrutamento de quadros na cidade e ao apoio político aos Setores de Campo e Logístico. O grupo dos leninistas, dos “políticos” esfacelou-se.

Mais tarde, em fins de 1969, as posições foquistas da VPR seriam reelaboradas de maneira mais sofisticada com base nas “Teses de Jamil”. Após o fracasso do Congresso da VAR-Palmares em setembro de 1969, a VPR, então dissolvida, seria refundada. Mais do que nunca os aspectos militares prevaleceram, de sorte que até mesmo o trabalho político com as massas passou a ser visto exclusivamente pela ótica das ações armadas. Estas “teses”, a despeito dos seus equívocos, tiveram o mérito de se constituir num esforço da esquerda armada. Certos ou errados, os revolucionários brasileiros deram mostras de sua originalidade e de sua criticidade em relação aos modelos revolucionários internacionais.

Referências

- ARAO REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1979.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Mimeo.
- DIAS, J. *El movimiento de Osasco*. Sus luchas, sus actores, s.n.t. jul./dez., 1972.
- FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*. v. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LÖWI, Michael. *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de Capricórnio*. São Paulo: Global, 1987.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993.
- Fontes orais**
- ANDRADE, Renata Guerra de. *Depoimento*. Fábio Chagas. Rio de Janeiro/RJ. 01 maio 2000.
- RODRIGUES, Darcy. *Depoimento*. Fábio Chagas. Bauru/SP. 10 jun. 2000.
- FAVA, Wilson Egídio. *Depoimento*. Fábio Chagas. São Bernardo do Campo/SP. 16 jun. 2000.
- NÓBREGA, José Araújo. *Depoimento*. Fábio Chagas. Jacupiranga/SP. 17 jan. 1999.
- MORAES, João Quartim de. *Depoimento*. Fábio Chagas. São Paulo/SP. 19 set. 1999.
- ESPINOSA, Antônio Roberto. *Depoimento*. Fábio Chagas. Osasco/SP. 17 abr. 2000.
- DOWBOR, Ladislau. *Depoimento*. Fábio Chagas. São Paulo/SP. 29 jun. 2000.
- OLIVEIRA, Pedro Lobo de. *Depoimento*. Fábio Chagas. São José dos Campos/SP. 14 jan. 1999.